CLWP Eólica Parque II S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Eólica Parque II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CLWP Eólica Parque II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CLWP Eólica Parque II S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 24 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ n° 16.913.777/0001-87
NIRE n° 42 2 0522712-5
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque II S.A. ("CLWP II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo II, com potência instalada de 29,7 MW, garantia física de 16,6 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). CLWP II é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Santo Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de CLWP II pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a EBE é uma operadora de infraestruturas em energia, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Em 2019, a ENGIE Brasil Energia passou também a atuar no segmento de transporte de gás natural, com aquisição, em conjunto com outros sócios, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta de CLWP II alcançou 118,6 GWh. A geração obtida em 2018 foi de 2,9 GWh. Importante salientar que a Central Eólica passou a operar em dezembro de 2018, o que justifica tal diferença na comparação entre os anos.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 93,0%, 28,5 p.p. superior ao verificado em 2018, que foi de 64,5%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 91,8%, 27,3 p.p acima da registrada em 2018, que foi de 64,5%.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

7. Agradecimentos

A Administração de CLWP II agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2019.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ N° 16.913.777/0001-87| NIRE N° 42 2 0522712-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.004	8.467
Contas a receber de clientes	5	2.082	1.050
Adiantamentos a fornecedores	11	-	32
Outros ativos circulantes		1.806	1.072
		7.892	**10.621**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	6	4.059	-
Adiantamentos a fornecedores	11	-	1.665
Outros ativos não circulantes		12	1.388
		4.071	**3.053**
Imobilizado	**7**	**176.754**	**174.613**
Intangível		**38**	**45**
Direito de uso de arrendamentos	**11**	**3.529**	**-**
		184.392	**177.711**
TOTAL		**192.284**	**188.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ N° 16.913.777/0001-87| NIRE N° 42 2 0522712-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	5.250	36.217
Financiamento	10	6.629	2.353
Arrendamentos a pagar	11	311	-
Dividendos	12	366	-
Outros passivos circulantes		117	84
		12.673	**38.654**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	91.421	64.904
Arrendamentos a pagar	11	1.597	-
Provisão para desmobilização	7	5.006	-
		98.024	**64.904**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		78.100	86.317
Reservas de lucros		3.487	-
Prejuízos acumulados		-	(1.543)
		81.587	**84.774**
TOTAL		**192.284**	**188.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ N° 16.913.777/0001-87| NIRE N° 42 2 0522712-5

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	**22.202**	**953**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(6.721)	(731)
Encargos de uso da rede elétrica		(1.508)	(367)
Serviços de terceiros		(1.128)	-
Outros		(791)	(74)
		(10.148)	**(1.172)**
LUCRO BRUTO		**12.054**	**(219)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(126)	(118)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**11.928**	**(337)**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados		1.221	352
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.358)	(1.073)
Juros sobre arrendamentos a pagar, líquidos de PIS e Cofins	11	(341)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(54)	(40)
		(6.532)	**(761)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**5.396**	**(1.098)**
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,06**	**(0,02)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**5.396**	**(1.098)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**5.396**	**(1.098)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ N° 16.913.777/0001-87| NIRE N° 42 2 0522712-5

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)		**59.499**	**-**	**-**	**(445)**	**59.054**
Aumento de capital		26.818	-	-	-	26.818
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.098)	(1.098)
Saldos em 31.12.2018	**12**	**86.317**	**-**	**-**	**(1.543)**	**84.774**
Aumento de capital		26.000	-	-	-	26.000
Redução de capital		(34.217)	-	-	-	(34.217)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.396	5.396
Destinação proposta à AGO:						
- Reserva legal		-	193	-	(193)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(366)	(366)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	3.294	(3.294)	-
Saldos em 31.12.2019	**12**	**78.100**	**193**	**3.294**	**-**	**81.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ N° 16.913.777/0001-87| NIRE N° 42 2 0522712-5

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	5.396	(1.098)
Conciliação do lucro (prejuízo):		
Depreciação e amortização	6.721	731
Juros e variação monetária sobre financiamentos	7.358	1.073
Juros sobre arrendamentos a pagar, líquidos de PIS e Cofins	341	-
Outros	(118)	6
Lucro antes dos tributos ajustado	**19.698**	**712**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.032)	(1.050)
Outros ativos	641	(1.870)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	344	210
Outros	25	72
Caixa gerado nas (utilizado pelas) operações	**19.676**	**(1.926)**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(4.001)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**15.675**	**(1.926)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(35.086)	(81.262)
Outros	-	(184)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(35.086)**	**(81.446)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	26.000	26.818
Redução de capital	(34.217)	-
Captação de financiamento	30.660	64.820
Pagamento de financiamento	(3.224)	-
Pagamento de arrendamentos	(360)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.911)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**14.948**	**91.638**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(4.463)**	**8.266**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	8.467	201
Saldo final	4.004	8.467
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(4.463)**	**8.266**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Provisão para desmobilização	5.006	-
Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.913	-
Fornecedores de imobilizado	(31.311)	31.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ N° 16.913.777/0001-87| NIRE N° 42 2 0522712-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque II S.A. ("Companhia" ou "CLWP II"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo II ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW e garantia física de 16,6 MW médios. Em 21.12.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

O capital circulante líquido negativo de R$ 4.781 apresentado no balanço de 31.12.2019 decorre, substancialmente, de saldos a pagar para fornecedores em virtude da conclusão da obra do parque. O pagamento ocorrerá através de recursos gerados pelas atividades operacionais da Companhia, que, a partir de 21.12.2018 teve sua liberação comercial.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24.04.2020.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações de venda de energia e de contratação de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamento.

l) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), cujos impactos estão apresentados abaixo.

l.1) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamento das áreas onde o seu parque eólico está instalado. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso de R$ 3.610, em 01.01.2019 e passivos de arrendamentos a pagar no montante de R$ 1.913. Mais detalhes são apresentados na Nota 11 – Operações de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas e que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são: (i) Revisão anual do CPC n° 14/2019; (ii) Alterações no CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro; e (iii) IFRS 17 – Contratos de seguro. A Companhia não estima impactos em suas demonstrações financeiras decorrente da adoção destas normas e interpretações novas ou alteradas.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	43	33
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	3.961	8.434
	4.004	**8.467**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 2.082 (R$ 1.050 em 31.12.2018) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2019 é de R$ 415.126.

Não havia valores vencidos em 31.12.2019 e 31.12.2018.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2019, a Companhia mantinha R$ 4.059 relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	2,7%	6.673	(280)	6.393	6.706
Máquinas e equipamentos	4,0%	177.442	(7.091)	170.351	167.907
		184.115	**(7.371)**	**176.744**	**174.613**
Em curso		**10**	**-**	**10**	**-**
		184.125	**(7.371)**	**176.754**	**174.613**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)	**-**	**-**	**60.523**	**60.523**
Ingressos	-	-	113.457	113.457
Juros e V.M. capitalizados	-	-	1.364	1.364
Transferências	6.755	168.589	(175.344)	-
Depreciação	(49)	(682)	-	(731)
Saldos em 31.12.2018	**6.706**	**167.907**	**-**	**174.613**
Ingressos	-	-	3.775	3.775
Ingresso - Provisão para desmobilização	-	-	5.006	5.006
Transferências	(79)	8.850	(8.771)	-
Depreciação	(234)	(6.406)	-	(6.640)
Saldos em 31.12.2019	**6.393**	**170.351**	**10**	**176.754**

b.1) Ingresso – Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo II, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2017.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de imobilizado	4.696	36.007
Encargos de uso da rede elétrica	148	140
Fornecedores de materiais e serviços	406	70
	5.250	**36.217**

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado em 2018.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação das taxas de juros e índices	2019	2020	Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
TJLP	6,2%	5,57%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos				
TJLP	98.050	588	(1.329)	(2.697)

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia firmou contrato com a parte relacionada ECV, vigente até dezembro de 2036, mitigando o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	3.961	8.434
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	43	33
Contas a receber de clientes	2.082	1.050
Depósitos vinculados	4.059	-
	10.145	**9.517**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	5.250	36.217
Financiamento	98.050	67.257
	103.300	**103.474**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

Em abril de 2018, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 66.625. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção da Central Eólica Campo Largo II. Em maio de 2019 foi efetuado o último saque do montante financiado.

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamento	541	64.279	64.820
Juros e variação monetária (V.M.)	265	808	1.073
Juros e V.M. capitalizados	1.364	-	1.364
Transferências	183	(183)	-
Saldos em 31.12.2018	**2.353**	**64.904**	**67.257**
Captação de financiamento	1.953	28.707	30.660
Juros e V.M.	7.154	204	7.358
Transferências	2.394	(2.394)	-
Amortização do principal	(3.224)	-	(3.224)
Amortização de juros	(4.001)	-	(4.001)
Saldos em 31.12.2019	**6.629**	**91.421**	**98.050**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	6.305
2022	6.305
2023	6.305
2024	6.305
2025 a 2029	31.525
2030 a 2035	34.676
	91.421

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
Bancos	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo 31.12.2019
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.	06.2035	Mensais, a partir de julho de 2019	98.050

O montante correspondente a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais *(covenants)*

A partir do exercício fiscal de 2020, a controladora da Companhia, CLWP Brasil Participações S.A., deverá manter, durante toda a vigência do contrato Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD ≥ 1,25.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2), conforme mencionado na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis. Em sua análise, a Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2063.

a) Direito de uso de arrendamento

A mutação do direito de uso está apresentada a seguir:

Adoção inicial	3.610
Depreciação	(81)
Saldo em 31.12.2019	**3.529**

Do saldo da adoção inicial do passivo circulante e não circulante de R$ 311 e R$ 1.602 foram acrescidos os valores de R$ 32 e R$ 1.665, correspondente aos saldos de adiantamento a fornecedor de 31.12.2018. Desta forma, o montante reconhecido no ativo em decorrência da adoção inicial foi de R$ 3.610.

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Adoção inicial	311	1.602	1.913
Juros	355	-	355
Transferências	5	(5)	-
Amortizações	(360)	-	(360)
Saldos em 31.12.2019	**311**	**1.597**	**1.908**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	2
2022	3
2023	3
2024	3
2025 a 2029	22
2030 a 2034	36
2035 em diante	1.528
Arrendamentos a pagar	**1.597**

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 133, referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2019 era de R$ 78.100 (R$ 86.317 em 31.12.2018), representado por 78.100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 78.099.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

Em 2018 e 2019, foram efetuados aumentos de capital que totalizaram R$ 26.818 e R$ 26.000, os quais foram aprovados pelos acionistas da Companhia. Adicionalmente, em 2019 ocorreu redução de capital no montante de R$ 34.217, motivada pela liberação de financiamento do BNDES. A construção da Usina vinha sendo financiada com capital próprio até a liberação do referido financiamento.

b) Reservas legal e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	24.465	1.002
Transações no mercado de curto prazo	-	48
	24.465	**1.050**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(2.263)	(97)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**22.202**	**953**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**5.396**	**5.396**	**(1.098)**	**(1.098)**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(1.349)**	**(486)**	**-**	**-**
Diferenças permanentes				
Depreciação incentivada	1.396	528	-	-
Outras	(47)	(42)	-	-
	-	**-**	**-**	**-**
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou das autorizações das usinas. Em 31.12.2019, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 52.285 (R$ 51.252 em 31.12.2018).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até novembro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 16.885.

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. O Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.729.318 e R$ 439.892, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2020.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia possui contratos de venda de energia com partes relacionadas, conforme divulgado na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Receita operacional líquida.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller
Diretora Administrativa e Financeira

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC